

Eneida Maria de Souza

As mudanças ocorridas na cena cultural e política da América Latina nas últimas décadas tornam-se visíveis na paisagem urbana e registram o declínio da cidade letrada

NAS MARGENS, A METRÓPOLE



Na proliferação de metáforas utilizadas na construção do imaginário crítico da América Latina, a “cidade letrada” se impõe como uma das mais rentáveis. No entender do crítico uruguaio Ángel Rama, autor do livro de mesmo nome, é através dessa imagem que se modelou todo o processo histórico-cultural americano, iniciado com a colonização. A configuração espacial da cidade, com suas leis e hierarquias, seus planos e mapas se converteu, para Rama, em lugar teórico que representaria, em miniatura, a narrativa letrada da história latino-americana. No centro urbano, demarcado por prédios governamentais, bibliotecas, universidade, teatros e livrarias, estava representado o modelo do poder adotado na região, que resultou na criação da esfera pública e na modernização da cidade. Uma das mais contraditórias heranças da colonização tem sido a associação direta entre escrita e poder, considerando como “letrado” todo aquele que, tomando parte do grupo de religiosos, educadores, escritores e servidores intelectuais da sociedade, “manejava a pena”.

A publicação de *A cidade das letras* em 1984, um ano após a morte de Rama num desastre aéreo, revelou ter se estendido a pesquisa do crítico até a década de 1970, tornando-se lacunar a sua cartografia no que se refere ao período das ditaduras latino-americanas, às reconfigurações sociais provocadas pelos exílios dos letrados que se opunham à escrita do poder ou à cultura que se produz segundo o perfil do neoliberalismo global. O atual desenho das cidades tem se desvinculado do modelo anterior, pautado pelo selo da modernidade. Diante das transformações sofridas no nível econômico e cultural, observa-se a consolidação da cultura de massas global e o deslocamento de uma comunidade de intelectuais dos centros culturais para os circuitos periféricos. Tais mudanças acentuam a fragmentação do espaço urbano e a produção de redes comunicativas virtuais, como efeito das novas tecnologias, o que resulta na transformação da própria experiência estética. *The Decline & Fall of the Lettered City* (Harvard University Press, 2002), o mais recente livro de Jean Franco, professora emérita da Universidade de Columbia, retoma a narrativa cultural e política da América Latina dos últimos quarenta anos e vai além da pesquisa de Rama, ao reler o poder imperial pela via tortuosa e difícil das margens.

Na construção do discurso crítico sobre a América Latina, a partir da apropriação do paradigma da cidade

letrada, a autora vale-se do mecanismo alegórico, ao associar o heteróclito tecido urbano ao continente. As variações ocorridas na cena cultural e política ao longo dos anos tornam-se visíveis na produção do imaginário citadino e nas suas manifestações artísticas e literárias. Na proposta de leitura de Jean Franco, impõe-se o olhar oblíquo da diferença, a posição da crítica feminina que se inscreve frente aos outros discursos. Intelectual atuante no desenrolar da história cultural na América Latina desde a década de 1950, sente-se à vontade ao relatar experiências pessoais que ilustram o tema abordado, reunindo a narrativa da vida com a história. Registra o encontro com Neruda na Itália; a passagem por Cuba, em 1953, dias após o ataque de Fidel Castro a Moncada; o filme *O carteiro e o poeta*, assistido em Nova York; experiências causadas por duas idas à cidade do México e a visita ao túmulo de Evita Perón, no cemitério da Recoleta, em Buenos Aires. A proximidade com os acontecimentos aguça a crítica no lugar de abrandá-la, mantendo o distanciamento analítico como tática e a experiência como forma de também protagonizar o enredo das margens.

O grande mérito do livro reside no cuidadoso painel da história cultural e política do continente, em que são esclarecidas as distintas vertentes do discurso crítico da época, especialmente as desavenças políticas entre escritores, em virtude da reivindicação de vanguarda para a Cuba

pós-revolucionária frente à política colonialista norteamericana. A narrativa literária e cultural se constrói de forma simultânea com a narrativa política, sem a sujeição analítica de uma em relação à outra, mas pela articulação engenhosa entre elas. O projeto de ocupação do espaço cultural latino-americano pelos seus agentes contou, a partir da Segunda Guerra Mundial, com a interferência dos Estados Unidos, o que permitiu entender mais de perto os embates ideológicos criados pela Guerra Fria. O leitor penetra nos arquivos abertos pela autora, informando-nos sobre a criação de revistas literárias, seu projeto editorial e seus agentes mediadores; a vinculação a órgãos de controle, como a CIA, a Fundação Rockefeller, a política da Boa Vizinhança; a participação de intelectuais na academia e na esfera pública; a censura ao comunismo e às manifestações ligadas à mulher, aos gays e aos demais grupos de excluídos.

Pontuando os lugares ocupados pelo corpo de letrados vivendo sob o fogo cruzado da Guerra Fria, do poder decisório das instituições e de realizações bem sucedidas das criações artísticas, o livro presta um grande serviço aos leitores jovens, atualmente mais seduzidos pelo aparato teórico dos estudos culturais do que pelos bastidores históricos dos quais se originaram esses textos.

Na tentativa de corporificar os discursos que compõem a cena latino-americana, Franco tem o cuidado de abordar não só as manifestações literárias, mas aquelas que constituem o imaginário cultural e político do continente: o cinema, as instalações artísticas, as *performances*, a música urbana, a propaganda, a fotografia, a crítica literária, os acontecimentos políticos, os intelectuais, os *pop stars*, os ídolos políticos e sua utilização midiática. O tecido cultural se insere numa rede de discursos da margem, de resquícios do repertório dos signos oficiais, construtores de novas subjetividades inscritas na área urbana. Dentre a variedade de discursos, regidos na atualidade pelas leis do mercado, constata-se que tanto o literário quanto o dos intelectuais ocupam hoje um lugar de exclusão. É notória a força de uma política excludente mesmo no interior do mercado, que, em princípio, deveria se comportar como livre e aberto a todas as manifestações culturais. O fim da cidade letrada implica ainda o fim do paradigma do saber moderno que servia de sustentação à hegemonia cultural da palavra escrita. Diante da existência de narrativas que desfazem a dicotomia entre erudito e popular, alta cultura e cultura de massa, escrita e oralidade, o traçado da cidade letrada perde a sua eficácia e abre mão de uma cartografia, de um plano racional e hierárquico.

Franco segue a trilha aberta por Beatriz Sarlo, para quem não se trata de considerar o espaço da margem como o espaço da liberdade, pois o atual procedimento de leitura não pretende transgredir as regras, mas suspendê-las. É preciso suspender o raciocínio binário e excludente, a ilusão de que a intervenção pelas margens pretenda substituir uma situação por outra. O exterior e o interior não mais se inscrevem como parâmetros constituintes do jogo de deslocamentos. A dobra da margem é o que permite a permeabilidade entre o fora e o dentro, segundo princípios avessos à priorização entre os pólos. O modelo cartográfico, o mapa dos territórios, com seus pontos centrais e periféricos, não exerce mais a função de representar.

A ficção moderna de Borges significa para Sarlo a desconstrução do conceito de universal, ao colocar-se, com

astúcia, nas margens, nas zonas obscuras das histórias centrais que integram a história da humanidade. Em *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920-1930*, a autora acentua a originalidade do escritor argentino, ao optar por uma ficção seduzida pelas outras zonas portenhas, situadas entre a cidade e o campo, espaço imaginário que se opõe à visão humanista dos subúrbios e prepara a releitura das “histórias infames”, das margens da literatura universal, “pensadas como espaço próprio e não como território a ser adquirido”. (p. 49-50).

No livro de Jean Franco, um dos exemplos de resistência do discurso das margens se encontra na obra de Clarice Lispector, em especial em *A hora da estrela*, pela criação da personagem nordestina Macabéa, imigrante perdida no estranho e desconhecido mundo da cidade grande. Fruto da corrente migratória e da modernização operada nos centros urbanos, a personagem faz parte do grupo de excluídos no próprio país, cujo único contato com a cidade se faz pela audiência da rádio Relógio. Como Macabéa, uma classe de vagabundos, sem teto e marginais povoa o universo fragmentado das cidades, distante dos ideais de cidadania e sempre na condição de deslocamento. Outro exemplo é o testemunho da índia guatemalteca Rigoberta Menchú, “uma inesquecível ilustração do poder das margens” (p. 16). As inusitadas reações provocadas pela consa-

gração de seu testemunho no meio conservador da academia constituíram um divisor de águas entre os defensores do cânone literário oficial e os que se afastavam da concepção limitada de literatura, estreitando-se, de forma irreversível, os laços entre a cena literária, cultural e política.

O universal metropolitano

O momento histórico escolhido, o período da Guerra Fria, acirrado na América Latina pela revolução cubana, permite à autora o desmonte do aparato ideológico de natureza binária, responsável pelos critérios de inclusão ou de exclusão da literatura no cânone universal. As produções literárias latino-americanas – excluindo-se as do Brasil – atingem notoriedade internacional e gozam do prestígio inaugurado pelo *boom*. Com a cautela de não só esclarecer os conceitos utilizados na legitimação das obras desse período, mas também de contextualizá-los, são questionadas as noções de universal e particular, de realismo mágico e real maravilhoso, do estilo internacional como traço da globalização futura, do realismo de base comunista e do populismo. O questionamento se configura através de um método de trabalho que não descuida da análise textual, permitindo ao leitor o convívio com as histórias fabulosas do imaginário latino-americano. Na revisão dos conceitos, o processo escolhido é o de transformar o universo fabular em reflexão metateórica.

A afirmação de que o universal transcende o nacional, deslocando-o para o antigo significado de um destino comum para toda humanidade, foi um raciocínio comum que dominou o discurso crítico da década de sessenta, centrado no valor autônomo da literatura. A influência do livro *Teoria da literatura*, de René Wellek e Austin Warren, na consolidação do conceito de universal gozou de vasta reputação no meio acadêmico, obtendo, inclusive, vida longa. Constata-se, atualmente, que grande parte da crítica universitária se fixa nesse critério de valor, de natureza etnocêntrica – o universal é o ocidental – para efeito de legitimação do cânone literário. Segundo a autora, a imposição da categoria do universal conseguiu ampliar o foco de atuação, descuidando-se da heterogeneidade cultural da América Latina e tornando-se “um álibi que possibilitou a hegemonia cultural americana passar como uma continuação do legado da cultura ocidental.” (p. 139).

A tendência alegórica da estética do *boom*, uma das alternativas utilizadas contra a vigilância das ditaduras, representou o prestígio vivido pela literatura da época, ao lado do destaque da autoridade do escritor para se expressar contra a ordem estatal e autoritária.

A América Latina é ainda dotada de força revolucionária, ao se impor como imagem utópica, graças ao valor telúrico e mágico do território. É contra essa idealização do território que a ensaísta se insurge, ao descartar os conceitos de “real maravilhoso” e de “realismo mágico”. A escrita fantástica apresentava-se no seu teor marginal e construía-se pelo apelo ao exótico e à fantasia, escolhendo o corpo feminino como traço do irracional e da sensualidade, lugar de experiências a serem teorizadas pelos cientistas do norte. O termo “realismo mágico” serviu para caracterizar o estilo paradigmático do Terceiro Mundo, uma estereotipada incorporação realizada pelos discursos hegemônicos.

Se, do ponto de vista da economia, o continente era considerado subdesenvolvido e, no âmbito político, imaturo, de que maneira se comportaria a sua literatura, na busca da legitimação de um lugar na cultura metropolitana? As teorias econômicas sobre o desenvolvimentismo contribuíram para acentuar a qualidade religiosa e pré-moderna dessa ficção, além de colocá-la fora de um projeto político de emancipação: “A América Latina tem sido, desde a conquista, um corpo experimental no qual o mundo desenvolvido mostrou a sua virtuosidade” (p. 139). Na ânsia de se igualar ao resto do mundo civilizado, autores como Octavio Paz encontraram a saída pelo viés da modernidade, com o objetivo de romper o espectro do anacronismo que ameaçava a literatura latino-americana. Nos tempos modernos, a defasagem temporal entre as culturas desaparece, o que torna os mexicanos contemporâneos dos demais, pelo grau de cosmopolitismo e universalidade atingido pelos processos de modernização urbana. Essa posição de Paz se consolida a partir da defesa de uma literatura que, ao se tornar menos provinciana, consegue transcender as barreiras nacionais e se integrar ao concerto moderno das nações. A sua posição conservadora diante da política e da história seria, para Franco, a antecipação da ideologia neoliberal, principalmente contida na polêmica teoria sobre o “fim da história”.

Doces bárbaros

“O individualismo baseado na integridade do corpo não é mais possível na sociedade de massa.” Carlos Monsiváis, autor da frase, é um dos cronistas da megalópole mexicana citados por Jean Franco para discorrer sobre o desaparecimento gradativo da sociedade de letrados, assim como sobre os efeitos de fragmentação e ruptura provocados no meio citadino. Jesús Martín-Barbero e García Canclini são também parceiros na construção de um texto esclarecedor sobre a cultura de massa na era da globalização. Nesse novo cenário, o travestimento sexual e a inserção de “poéticas do acontecimento” no corpo social são interpretados por Jean Franco com a ajuda da rede conceitual de autoria de Gilles Deleuze e Félix Guattari, desenvolvida, principalmente, em *O Anti-Édipo* e *Capitalismo e esquizofrenia*.

Categorias como desterritorialização, micro-políticas, pluralismos, linhas de fuga, acontecimento e devir minoritário estão de tal forma integrados ao vocabulário do discurso crítico contemporâneo que, muitas vezes, nem se cogita indagar sobre a autoria dos mesmos.

A extrema atualidade desses conceitos e a sua apropriação pelos teóricos dos estudos culturais possibilitaram uma leitura desterritorializada (e abstrata) do imaginário latino-americano, ao destituir a arte de uma relação natural com a realidade e ao retirar da literatura o compromisso obrigatório com o social. Para Jean Franco, essa rede conceitual motiva um novo vocabulário de resistência, pela valorização dos espaços periféricos e do discurso das minorias, além de conferir ao intelectual uma posição crítica e não-pedagógica. O rompimento com o sistema binário de oposições – de utilidade para a consolidação do discurso crítico da Guerra Fria – permite a convivência com o pensamento paradoxal e tenta responder às questões da atualidade.

Uma das mais rentáveis apropriações relativas a esse vocabulário, a “poética do acontecimento”, é utilizada pela ensaísta para definir novas leituras das práticas culturais que hoje são encenadas no meio urbano. Também a crítica chilena Nelly Richard irá se valer dessa estratégia para tornar semelhante o valor das experiências políticas, estéticas e culturais que interagem num mesmo espaço. O objetivo é o deslocamento do lugar hegemônico da literatura diante das outras práticas culturais, ao serem valorizadas as manifestações refratárias do arquivo oficial, como memórias, fotos, *performances* de travestis etc.

A “poética do acontecimento” propõe ainda saídas interpretativas para algumas práticas populares realizadas

no ambiente urbano. Monsiváis, em seu livro *O fugitivo permanece*, com vistas a atenuar o espectro do anonimato próprio das grandes cidades, reconhece aí um novo-protagonista, a multidão. Descartando o projeto político da modernidade que elegia o povo como sujeito social privilegiado, teorias recentes discutem o lugar ocupado pela multidão como figura alternativa através da qual irrompem as novas subjetividades. Dotada de caráter heterogêneo e atuando de maneira inesperada e fragmentada, a multidão não representa sinais de classe e funciona como possibilidade de instauração de uma política pós-moderna: “Ciente de que o papel pedagógico da cidade letrada e o caráter utópico da cidade de palavras pertencem ao passado, de que o escritor está agora engajado num jogo de sobrevivência que é talvez uma luta contra o anonimato, Monsiváis incansavelmente monitora a cena

urbana e, em particular, o novo protagonista - a multidão - ‘a multidão dentro da multidão’, ‘a multidão no metrô’, ‘a multidão (de estudantes fazendo exames) no Estádio da Universidade’, ‘o redemoinho do tráfego’”. (p. 195).

Diante das inúmeras inserções do discurso marginal no espaço urbano contemporâneo, é ainda Jesús Martín-Barbero quem ilumina a discussão, no seu livro *Al sur de la modernidad*, ao tornar reversível a célebre frase de Benjamin, “todo documento de cultura é também um documento de barbárie”. No intuito de desfazer opiniões negativas de pensadores europeus, tais como Adorno, Kundera e Steiner especificamente sobre o *rock*, o antropólogo afirma que “nesses obscuros tempos, há documentos de barbárie que poderiam estar sendo documentos de cultura.” Contrário à acusação de ser o *rock* um pretexto para a instauração da barbárie, Barbero avalia positivamente o gênero musical, por ele se apresentar como “nova esfera sonora capaz de produzir formas de solidariedade grupal e abalar a velha autoridade da ordem verbal”. São movimentos que atravessam, minam e subvertem a cultura, seja através da ilegibilidade dos *grafitti*, dos ruídos das cidades, seja através dos ritmos que se mesclam aos demais barulhos urbanos, fazendo irromper as frágeis utopias do cotidiano. O antigo cenário letrado das cidades cede lugar às manifestações artísticas transnacionais e à presença de comunidades periféricas, produtoras de novas sensibilidades e múltiplas subjetividades.

The Decline & Fall of the Lettered City, leitura obrigatória para os estudiosos da América Latina, poderia, contudo, ter-se voltado um pouco para a produção que se faz no Brasil, considerando ser a ensaísta conhecedora dessa produção. A literatura brasileira comparece com alguns nomes emblemáticos do cânone, como Clarice Lispector e Jorge Amado, através da análise cuidadosa de seus textos e ao lado da leitura da posição política do intelectual baiano como ativista do Partido Comunista. Darcy Ribeiro, Mário de Andrade, Guimarães Rosa e o autor de *Cidade de Deus*, Paulo Lins, entram de modo tímido, para efeito de citação. A ausência de diálogo com a crítica cultural é mais forte, dada a tradição de um pensamento reflexivo e atuante entre nós, assim como os pontos em comum e as diferenças entre culturas. Silvano Santiago, por exemplo, está presente como crítico, mas não como produtor de teorias e de textos seminais sobre as relações entre discursos metropolitanos e pós-coloniais. Não é tampouco mencionado na condição de escritor, embora seja o autor de *Stella Manhattan*, história passada em Nova York, em plena ditadura militar brasileira. A obra versa sobre a temática *gay* e a questão identitária, tópicos de grande destaque no livro de Franco (Severo Sarduy, Nestor Perlongher, Arenas), quando examina os limites impostos pelo regime cubano e o travestimento sexual como resposta a uma política das majorias.

Se o boom da literatura latino-americana na década de 1960 não contou com a literatura brasileira na sua agenda, a crítica cultural mais recente, – associada fortemente à crítica latino-americana realizada na academia norte-americana –, poderia se precaver contra uma possível segunda exclusão dos brasileiros.

A proliferação teórica das últimas décadas, graças à divulgação eficiente dos meios tecnológicos, conseguiu romper fronteiras geográficas e atingir níveis de interação até então nunca vistos. Não há razão, portanto, para a conservação de políticas culturais excludentes. A globalização cultural consegue, muitas vezes, se alimentar do veneno que lançou, criando arestas dentro do próprio discurso das margens.

Sem nenhuma intenção de dramatizar o discurso do excluído pelo viés do ressentimento, nem culpabilizar a autora por uma situação que independe de posições isoladas, seria forçoso acentuar que o desconhecimento mútuo entre culturas próximas e afins passa no momento por nova fase, graças ao avanço das relações de trocas entre nós. Esse árduo e agradável exercício de trocas culturais trará não só benefícios, mas a satisfação de podermos olhar, com distanciamento, as nossas limitações.

